

# OS POLÍTICOS

Os políticos começam a se movimentar para influir nas decisões econômicas do governo. Enquanto líderes do PFL sugerem que o Congresso seja ouvido especialmente em assuntos ligados à dívida externa, o PMDB articula uma estratégia "de emergência" para ajudar o governo a sair da crise econômica. E o governador do Rio, Leonel Brizola, vai mais longe, pedindo a pura e simples renúncia do presidente Sarney, com a consequente convocação de eleições diretas.

"Era o que eu faria se estivesse no lugar dele", disse ontem Brizola, alegando ser essa a única forma de o País enfrentar a crise econômica e o "descrédito" que se abateu sobre o governo. Para o governador do Rio, Sarney jogou toda a sua sorte no Plano Cruzado e depois das eleições de 15 de novembro voltou atrás em sua política econômica, perdendo com isso o apoio popular e as condições para conter a crise.

Já na Aliança Democrática a idéia é procurar influenciar cada vez mais as decisões econômicas. Parlamentares do PFL pretendem sugerir a Sarney que o Congresso seja ouvido antes de serem tomadas decisões importantes, principalmente em relação à dívida externa e a novos empréstimos internacionais. Segundo eles, a submissão das principais medidas ao Poder Legislativo impediria a instabilidade que ocorre atualmente no País. O governo não deveria, segundo eles, promover reformas através de decretos-leis que não podem ser alterados pelo Congresso.

No PMDB também surgem reivindicações de maior participação nas decisões do governo. Um dos que estão articulando isso é o senador paranaense Affonso Camargo, terceiro vice-presidente do partido, que vai segunda-feira, a Brasília, para discutir com Ulysses Guimarães e outros políticos pemedebistas uma estratégia, de emergência, que seja capaz de levar o PMDB a ajudar o governo a enfrentar a crise. Em Curitiba, ontem, Camargo já antecipava que o PMDB, ao lado do PFL, precisa zelar para que o governo não se afaste de nenhum dos 22 pontos do documento "Compromisso com a Nação", subscrito pelas lideranças da Aliança Democrática.

Ao governo, segundo Camargo, caberá no momento seguir por um entre dois caminhos: "Ou segue religiosamente os pontos do 'Compromisso com a Nação' ou assume as propostas, ainda mais avançadas, dos parlamentares da Aliança Democrática que começam seus mandatos a 1º de fevereiro. Se uma das duas coisas não for feita, então sobrevirá a crise política em consequência da crise econômica. Em lugar de uma responsabilidade entre o governo e partidos que o apóiam, teremos uma desresponsabilidade".

Camargo mostrou, em seguida, que o documento "Compromisso com a Nação" oferece respostas bem claras para os problemas econômicos que o País começo a enfrentar neste início de ano: "Lá no item 14, por exemplo, temos o compromisso da Aliança Democrática com a revisão da política salarial, com a eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, servidores públicos e classe média". Para o senador, a simples leitura desse item deve levar os políticos que compõem a Aliança a se posicionarem contra a extinção do gatilho salarial. A menos que outro mecanismo que permita aos trabalhadores fazer frente à retomada do processo inflacionário seja colocado em seu lugar".

Em São Paulo, o governador Franco Montoro voltou a defender a necessidade de apoio a Sarney, alegando que a crise econômica é mundial e afeta vários países, não só o Brasil. Quanto aos políticos, Montoro acha que uma das formas deles colaborarem com o governo será através da reunião marcada para quarta-feira, em que Sarney irá receber todos os governadores eleitos no dia 15 de novembro. Mas o governador negou que seu sucessor, Orestes Quérquia, vá fazer sugestões no sentido da demissão do ministro Dílson Funaro. "A contribuição dos governadores não tem nenhum sentido de contrariedade a um ministro ou a qualquer pessoa", disse Montoro. "É uma contribuição para o nosso desenvolvimento."

## Os gaúchos na mira da PF

A desobediência civil já está sendo deflagrada no Rio Grande do Sul. Essa informação chegou até o Ministério da Justiça através de um telex da Superintendência da Polícia-Federal gaúcha, denunciando a decisão tomada, em reunião, por 180 comerciantes do Estado, de reajustarem os preços de seus produtos, independente desse realinhamento vir a ser oficializado ou não pelo governo federal.

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse, ontem, que a decisão de produtores e comerciantes "é um crime". "Não acredito que essa seja uma posição consciente", argumentou.

Segundo Tuma, a própria expressão "desobediência civil" já caracteriza, em si, um desprezo coletivo à lei, acrescentando que apesar das ameaças que vêm sendo feitas nesse sentido, ele acredita que os empresários irão esperar pelos resultados da negociação que está sendo realizada pela classe produtora e o Ministério da Fazenda. Romeu Tuma advertiu, no entanto, que aqueles que insistiram em desrespeitar o congelamento de preços decretado pelo governo federal são passíveis de enquadramento nas penas previstas pela legislação.

# UM NOVO PACOTE

## Idéia: conter juros e inflação.

O governo já está preparando um novo pacote de medidas, a ser divulgado na semana que vem, cujo objetivo será conter a inflação e a alta dos juros. A informação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em conversa com o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Só que antes de divulgar o pacote, Funaro pretende discuti-lo com os governadores eleitos em 15 de novembro e com os líderes da Aliança Democrática.

Funaro não quis confirmar aos jornalistas a elaboração desse novo pacote, mas depois de muita insistência acabou admitindo que espera adotar aquelas medidas na próxima semana. Ele quer conversar separadamente com líderes do PMDB e do PFL e também vai participar da reunião com os governadores, convocada para o dia 14 pelo presidente da Câmara, Ulysses Gui-

marães. O ministro revelou que pretende, em todas as reuniões, fazer um relato "profundo" da situação econômica atual, destacando o realinhamento de preços, controle da inflação e juros e renegociação da dívida externa.

A possibilidade da próxima semana terminar com a divulgação de um novo pacote econômico ganhou força nesta semana e fez parte de uma discussão acadêmica na noite da última quinta-feira. Os dois principais assessores de Funaro e também "pais do cruzado", Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, reuniram-se no apartamento que dividem em Brasília, com o economista Wilson Cano, da Unicamp.

### Juros

O encontro entre Funaro e Chiarelli, marcado originalmente para tratar sobre o

pagamento parcelado do trigo, foi uma pequena amostra do que o ministro deverá enfrentar nas reuniões da próxima semana. Segundo Chiarelli, a conversa acabou convergindo sobre a retomada da inflação e as altas taxas de juros.

O senador pediu um tabelamento dos juros, tese antiga do PMDB também. Mas Chiarelli disse que saiu convencido do encontro, porque Funaro "explicou muito bem" que as altas de juros só cairão depois que for quebrada a atual expectativa inflacionária. O senador também disse que o ministro lhe garantiu que o governo não está forçando a alta dos juros. Funaro, segundo Chiarelli, disse que o Banco Central não está colocando títulos novos da dívida pública no mercado e que isso não acontecerá, pelo menos, até o final do primeiro semestre.

Dez meses após a reforma da economia, que tinha o objetivo de zerar a inflação, a escalada de preços está de volta. Em dezembro último, o Índice do Custo de Vida da família paulistana com renda entre dois e seis salários mínimos chegou a 10,3%, segundo levantamento divulgado ontem pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Ao contrário da deflação ocorrida no segundo mês de vida do Cruzado, houve em dezembro uma escalada geral dos preços.

Os maiores aumentos se registraram no setor de transportes, em parte por conta das majorações dos combustíveis determinadas pelo pacote econômico de novembro e parte em consequência da elevação das tarifas de ônibus urbanos decidida pela prefeitura de São Paulo. Os gastos com veículo próprio desse modo subiram em média 29,7%, enquanto as despesas com o transporte coletivo chegaram a registrar um aumento de 55,1%.

Dos 10,3% de aumento geral, as elevações de preços na área de transportes contribuíram com 3,55%. Ou seja, se esses preços estivessem congelados ainda, o índice ficaria no patamar de 6,5%. Seria, mesmo assim, uma taxa alta para a ambição de um Programa de Estabilização Econômica. E foi alta porque também subiram os preços dos alimentos, sejam industrializados, semi-elaborados (carne) ou in natura, que apresentaram uma variação média de 3,27% no caso dos industrializados e de 12,47% no que se refere aos semi-elaborados. Os alimentos in natura tiveram seus preços majorados em 8,65%.

A sensação é de que houve uma liberação quase geral. Os paulistanos pagaram pelo quilo da carne de primeira em dezembro bem mais do que desembolsavam para ter o produto em novembro — com uma diferença: No mês passado, como ocorre atualmente, está mais fácil encontrar o produto nos pontos de venda. Os preços são salgados. O preço do quilo do fileé mignon subiu 28,5%, o do contra-file 19,2% e do alcatrê 26%. A carne moída teve os preços majorados em 24,8%.

Também cresceram os preços de produtos industrializados em função da nova tabela da Sunab. O sal está 9,57% mais caro e a Maizena 4%. O azeite de oliva subiu 18% e a mozzarella 33%. Em compensação, há preços que ainda estão estabilizados, como os do arroz, do feijão, da farinha de mandioca, do pão e do óleo de soja, que praticamente não sofreram nenhuma variação para cima ou para baixo no mês passado. Também os preços dos produtos de higiene, beleza e limpeza continuam sem aumentos.

A explicação para essa estabilização está no controle ainda mantido sobre os supermercados, que são os principais pontos de venda desses produtos na cidade. Pois nas feiras livres, onde são comercializados os produtos in natura, o quadro já é diferente. As frutas tiveram os preços em alta de 9,1% em dezembro, lideradas pela maçã nacional (com 32,3%). Da mesma forma, os legumes subiram 11,7% (25,3% da cenoura e 46,2% do chuchu) e as verduras tiveram seus preços elevados em 25,3% — a alface disparou com 33,6%.

Os preços de serviços pessoais, como manicure ou de manutenção do lar, continuaram em alta. Os serviços de saúde tiveram os preços reajustados em 10,3%. E até o cafezinho teve seu preço elevado em 2,4%. Com esse desempenho, a inflação na cidade chegou aos dois dígitos e os coordenadores do levantamento acreditam que a dose será repetida em janeiro e fevereiro. "Janeiro continua com dois dígitos e a inflação não será inferior a 12%", arrisca Juarez Rizzieri, encarregado do levantamento. Isto porque estão subindo neste mês os preços do leite, cigarros, jornal, remédios e escola.

É difícil prever o que acontecerá depois de fevereiro. Para Rizzieri, o governo tem de deixar claro qual será a sua política de preços, para eliminar as incertezas que geram expectativas inflacionárias.

# ALUGUÉIS

A partir de 1º de março, os valores dos aluguéis residenciais serão reajustados pela variação da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), a contar de 1º de março de 1986; conforme determina o Decreto-Lei nº 2.284, que criou o Plano Cruzado. O esclarecimento foi prestado ontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Apesar de estar contida em lei, existia a possibilidade de não ocorrer a correção, mas sim a prorrogação do congelamento. Esta hipótese foi levantada há dois meses, pelo próprio Funaro.

A variação da OTN até dezembro tem dois números. O primeiro está em 20,13%, de acordo com a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) de maio de 1986 a novembro do mesmo ano, em 13,67%, em combinação com a variação da LBC (Letra do Banco Central), em dezembro, de 5,5%. Com a inclusão da variação da LBC de janeiro e fevereiro deste ano, o índice final de correção da OTN, e, portanto, dos aluguéis, deverá ultrapassar os 35%.

Outro número acumulado é de 21,10%. Neste caso, a OTN é corrigida pelo IPCA até novembro e em dezembro, pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de 6,35% (nas primeiras estimativas). Dos dois processos de fixação do valor de correção da OTN, será adotado, em 1º de março, o que maior resultado apresentar.